

## LIVROS NOVOS DE GEOGRAFIA HUMANA

Editado pela University of California Press, foi publicado em Maio do corrente ano um grosso volume intitulado *Traces on the Rhodian Shore* (XXX + 763 pp., extensa bibliografia, índice pormenorizado), da autoria de CLARENCE J. GLACKEN, professor de Geografia daquela Universidade. O título do livro pouco ou nada indica quanto ao seu conteúdo; o subtítulo que o acompanha é mais elucidativo: *Natureza e Cultura no Pensamento Ocidental desde a Antiguidade até ao Fim do Século XVIII*.

CLARENCE J. GLACKEN que, a par de alguns estudos regionais, se tem dedicado principalmente a investigações sobre a evolução das ideias, escolheu para tema desta obra o modo como, no período de 2300 anos considerado, o mundo ocidental procurou responder a três questões de fundamental importância: «Terá sido a Terra, que é obviamente um ambiente apropriado para o homem e as outras formas de vida orgânica, objecto de uma criação com fim determinado? Os seus climas, os seus relevos, a configuração dos seus continentes têm influenciado a natureza moral e social dos indivíduos, e têm exercido influência no modo como se vai moldando o carácter e a natureza da cultura? Na sua longa posse da Terra, de que maneira a tem o homem modificado da sua hipotética condição primitiva?» (p. VII).

As duas últimas interrogações estão ligadas a maneiras de interpretar que, não sendo incompatíveis, tiveram em Geografia humana fortuna diversa, desde que, com RATZEL, apareceu plenamente constituído este ramo do saber, nos fins do século XIX: a ideia da importância das influências naturais, que começou por predominar, perdeu depois terreno em relação à do homem como factor geográfico, hoje muito mais significativa. Ambas as questões, por seu turno, se articulam com a primeira. Efectivamente, se «o planeta foi concebido só para o homem, como o ser supremo da criação, ou para a hierarquia da vida com o homem no cume», isso implica que «a Terra ou determinadas partes dela sejam um ambiente óptimo não só para a vida, como também para a civilização superior» (p. VII). Daqui a noção de que certas características ambientais terão influência sobre o homem, sobre o seu aspecto físico, sobre a civilização que ele elabora, um e a outra em grande parte explicáveis por aquelas — e tudo isto é ainda uma faceta da grande harmonia da criação. Por outro lado, e ainda dentro da mesma suprema harmonia, o homem, como o mais perfeito dos seres criados, completa a obra de Deus, inscrevendo modificações na face da Terra, o que o próprio Deus, «dando-lhe inteligência, olhos e mãos, já tinha intenção que ele fizesse» (p. VIII).

«O principal tema deste trabalho é que, no pensamento ocidental até ao fim do século XVIII, os conceitos sobre as relações entre a cultura e o ambiente natural foram dominados — embora não exclusivamente — por estas três ideias» (p. VIII); nalgumas épocas domina apenas uma delas, noutras duas, noutras ainda todas três, que afinal, como se viu acima, estão intimamente ligadas entre si.

O limite que o autor escolheu no tempo, o final do século XVIII, justifica-se inteiramente. «O pensamento dos séculos XIX e XX requer um tratamento diferente (...). O volume de material é demasiado grande, mas mais do que o volume, os materiais são mais complexos, mais especializados e estão largamente dispersos por muitas disciplinas» (p. VII). Por outro lado, ideias inteiramente novas vieram modificar, como nunca até então, certos conceitos básicos sólidamente estabelecidos, qual a noção de criação, a que atrás se fez referência: citem-se o transformismo biológico, que hoje todos mais ou menos admitem e o materialismo filosófico, de aceitação muito mais restrita mas ele próprio muito mais revolucionário também.

O livro está dividido em quatro partes, relativas à Antiguidade, Idade Média, começos da Idade Moderna e século XVIII, cada uma das quais abre com uma introdução e está dividida em capítulos relativos às três ideias centrais a que acima se fez alusão. A primeira parte tem ainda um quarto capítulo sobre o conjunto do problema na Teologia judaico-cristã e a última divide-se também em quatro capítulos, já que no século XVIII outra ideia aparentada com as velhas teorias das influências naturais, mas bem distinta destas, chamou as atenções, merecendo tratamento à parte: «a própria Terra impõe limites ao crescimento populacional e ao bem-estar humano e, a partir daqui, às aspirações e empreendimentos humanos» (p. 623).

O tema escolhido por GLACKEN é tratado com amplo desenvolvimento. Vislumbra-se assim como a ideia da influência ambiental no homem se foi destacando do corpo de conhecimentos da medicina primitiva e das primeiras aplicações farmacêuticas e acabou por acudir ao espírito dos viajantes mais eruditos, interessados nas diferenças entre terras e gentes estranhas com que contactavam; ao mesmo tempo, a ideia do homem como factor geográfico é o corolário lógico das suas actividades, das cidades que levanta, da rede de estradas que, para as unir, constrói, das extensões que cultiva para garantir a subsistência. No entanto, esta última ideia, apesar de aparentemente tão nítida, foi durante muito tempo formulada com menos clareza que as outras duas; «as suas completas implicações não foram compreendidas até que BUFFON escrevesse sobre elas» (p. VIII).

Obra original e com muito interesse, *Traces on the Rhodian Shore* fará com que o estudioso de Geografia humana consiga discernir o fundo de pensamento do qual provêm muitas das ideias que habitualmente maneja; além disto, reúne um conjunto de conceitos e observações originais que, nem por estarem largamente distantes de nós no tempo, deixam de ser interessantes e ricos de ensinamentos. O esforço do seu autor está patente na selecção do material apresentado e nas observações críticas que o acompanham. Num dos próximos números de *Finisterra* se dará deste livro notícia mais desenvolvida.

Passando da história da Geografia humana, ou melhor, da da formação dos conceitos sobre os quais se elaborou, para o problema das suas relações com as ciências vizinhas, far-se-á agora referência a um novo livro de PIERRE GEORGE: *Sociologie et Géographie* (217 pp.), Paris, 1966. O volume integra-se na colecção *Le Sociologue*, dirigida por GEORGES BALANDIER <sup>(1)</sup>.

«O objectivo dum estudo epistemológico que traz como título *Sociologia e Geografia* é de definir o domínio, os métodos e os conceitos de uma e da outra, uns em relação aos outros» (p. 1). É evidente, porém, que «antes de examinar quais podem ser as relações entre sociologia e geografia, torna-se necessário precisar o que se entende por sociologia e por geografia» (p. 1).

Para PIERRE GEORGE a Geografia tem a sua unidade indissolúvelmente ligada às características de *ciência humana* que lhe dão os seus cultores de língua francesa. O estudo dos aspectos *físicos* (no sentido que esta palavra tinha entre os Gregos da época clássica, ou seja, *naturais*) tem justificação apenas porque eles são «factores de organização da vida económica e social» (p. 3). Daqui a noção de que

<sup>(1)</sup> O tema já tem suscitado diversos ensaios. Cite-se, por exemplo, MAX. SORRE, *Rencontres de la géographie et de la sociologie*, Paris, 1957, dirigido principalmente a geógrafos, ao contrário da obra de PIERRE GEORGE. MAX. SORRE expõe com muito mais minúcia como se deve encarar a Geografia quando se considerem as suas relações com a Sociologia. Por seu turno, PIERRE GEORGE preocupa-se muito mais com os aspectos relativos à acção. No que respecta a estudos de geógrafos portugueses, deve referir-se FRANCISCO TENREIRO, «Preocupações geográficas e sociológicas», colecção *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, n.º 15 (Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1958).

«a geografia, definida como «ciência humana», tem por objecto o estudo global e diferencial de tudo o que condiciona e de tudo o que interessa a vida das diversas colectividades humanas que constituem a população do globo» (p. 4). Noção discutível, segundo me parece; a unidade da Geografia continua a ser um facto se admitirmos que o seu ponto de partida é o estudo da paisagem, ela também uma — ainda que, como corolário disto, sejamos forçados a aceitar que uns geógrafos dediquem mais atenção aos dados físicos, outros aos dados humanos daquela: e, assim concebida, a Geografia não será já uma «ciência humana», mas um campo de investigação interdisciplinar, repartido pelas *ciências da Terra* e pelas *ciências humanas*; por outro lado, segundo a definição transcrita acima, ficariam excluídas do âmbito da Geografia todas as porções da pele do planeta para além dos limites da ecúmena, ou então far-se-ia apenas o seu estudo na medida em que eventualmente pudessem «condicionar» e «interessar» a «vida das colectividades humanas». Talvez resultasse mais claro considerar as relações entre a Sociologia e um ramo determinado da Geografia — a Geografia humana; o autor preferiu fixar-se nas relações entre Sociologia e Geografia, concebida esta como um todo e como ciência humana. É com base neste conceito que se parte para a apresentação dos vários assuntos a que o tema da obra está ligado — e por isso me pareceu útil demorar-me nele, mesmo numa simples apresentação do livro como é esta, já que destinada essencialmente a leitores com formação geográfica.

A Sociologia, por seu turno, tem como «objecto da pesquisa (...) a composição e o comportamento de um grupo» (p. 14). Neste sentido, as relações entre as duas ciências poderão exprimir-se, antes de mais nada, através do título da terceira das alíneas em que se divide a introdução: «A originalidade da geografia: o estudo do ajustamento no plano horizontal dos dados que as outras ciências humanas examinam em planos verticais» (p. 6).

Este, um aspecto do problema. Mas não há só «oposição entre uma ciência específica que trabalha em profundidade e uma ciência não específica que examina as formas de ajustamento de fenómenos especificamente diferentes num espaço qualificado em função de diversas considerações» (p. 16). A síntese, que é a grande ambição do geógrafo, e a que a Sociologia não chega, preocupada com o estudo aprofundado de amostras colhidas na dimensão vertical, acaba por lhe interessar, «fazendo aparecer coincidências, correlações e eventualmente causalidades» (p. 17). Ora, ultimamente, tem-se posto «o problema da aplicação da pesquisa sociológica ao conhecimento do espaço a organizar» e, a partir daí, «a sociologia (...) é obrigada a tomar em conta elementos não sociológicos que lhe permitem proceder a generalizações. Neste momento, fica estabelecido o contacto metodológico entre sociologia e geografia» (p. 18). E assim se define o segundo aspecto do problema — aspecto que se liga intimamente à necessidade, patente em muitas investigações, de trabalhos de grupo, que beneficiem de investigadores com formações diversas, ideia que PIERRE GEORGE perflha amplamente.

A partir destas premissas fundamentais, desenvolve-se o corpo de

assuntos tratados na obra. Três partes se seguem à introdução. Na primeira, *Quadros e problemática* (pp.21-91), estudam-se alguns conceitos básicos para as duas disciplinas e em que elas se encontram: o espaço, o tempo e o número. Na segunda, *Os Temas* (pp. 93-171), consideram-se os dois aspectos essenciais no «estudo das situações, aspirações e virtualidades dos grupos humanos» (p. 93), que interessam, embora em princípio segundo ângulos diferentes, quer à Sociologia, quer à Geografia humana: «o tema do trabalho, que é o tema das actividades e o da produção; o tema da existência, que se decompõe em três ramos: residência, consumo (recursos aos serviços, ócios, cultura, etc.) e movimentos» (p. 93). Finalmente a terceira parte, *A acção* (pp.173-204), divide-se em dois capítulos, respeitantes um ao urbanismo, o outro à organização do território. Fecha o livro uma orientação bibliográfica, concebida, de acordo com os objectivos da colecção em que se inclui, como indicação de obras de Geografia humana que interessem a sociólogos.

Embora de dimensões reduzidas, a variedade e importância dos assuntos versados, a clareza com que são expostos e a originalidade com que alguns deles são tratados revestem este livro de inegável interesse para os cultores dos dois ramos do conhecimento a que especialmente se destina.

Por último, referências, mais breves ainda que as anteriores, a três obras relativas a determinados ramos da Geografia humana.

Depois de ter publicado a sua volumosa *Géographie de la population*, em dois tomos (Paris, 1956 e 1958), JACQUELINE BEAUJEU-GARNIER apresenta-nos agora *Trois milliards d'hommes. Traité de Démo-géographie*, Paris, 1965 (416 pp., 47 fig., 39 est., indicações bibliográficas, índices de assuntos e de lugares). Enquanto a primeira obra referida estuda a população nas diferentes regiões do Globo, a presente constitui uma síntese que, embora não tenha sido a primeira a aparecer neste domínio (?), tem o interesse de estar concebida em moldes já relativamente amplos e de se incluir marcadamente em preocupações de ordem geográfica.

Escreve a autora no prefácio: «(...) hesitei longamente antes de emprender a redacção da presente síntese que, dada a ausência ou a disparidade da documentação para uma grande parte do globo, pode parecer muito presunçosa. Também o leitor encontrará no decurso das páginas a expressão de interrogações, de dúvidas, a indicação de pesquisas a prosseguir que lhe permitirão, familiarizando-se com as aventuras e as perspectivas das sociedades humanas, sentir os limites e as incertezas do nosso conhecimento e os imensos progressos a realizar para melhor compreender a condição presente e pressentir o futuro da humanidade.

Espero igualmente que a leitura destas páginas ajudará todos aqueles a quem preocupa o futuro do mundo a tomar consciência do problema mais grave da nossa época; o da expansão demográfica e

(<sup>2</sup>) V., por exemplo, GERMAINE VEYRET-VERNER, *Population. Mouvements, structures, répartition*, Paris, 1959.

da imperiosa necessidade de dar a cada homem os meios de se alimentar, encontrar trabalho e viver de maneira decente» (p. 3).

A obra compõe-se de quatro partes (*Os homens e o espaço; A evolução da população; A mobilidade da população; As actividades da população*), que se repartem por treze capítulos. Dois capítulos iniciais (*A população mundial; Incertezas e fantasias da estatística demográfica*) constituem uma introdução às matérias versadas.

Da autoria de JEAN CHARDONNET, foi publicada na colecção «*L'économique*», dirigida por H. GUITTON e A. BARRÈRE, uma obra intitulada *Géographie industrielle*. Está repartida por dois volumes, tendo aparecido o primeiro em 1962 e o segundo em 1965.

Em relação a outros livros que ao mesmo tema se têm subordinado, pretende este comportar três inovações importantes, que o autor assinala no prefácio. Em primeiro lugar, procura-se dar-lhe um carácter mais sintético, «com a comparação das condições físicas, técnicas, humanas, económicas das diversas fontes de energia<sup>(3)</sup>, depois a comparação dos seus caracteres geográfico-económicos» (p. 5). Isto contrasta com o aspecto analítico, ou pelo menos mais analítico, dos outros estudos sobre o assunto, em que é habitual procurar-se um exame mais pormenorizado de cada indústria determinada. Em segundo lugar, faz-se uma referência mais circunstanciada do que o costume às condições técnicas e a certos aspectos económicos, o que se coaduna com o espírito da colecção em que a obra está incluída, embora possa ser objecto de algumas reservas metodológicas. O autor justifica assim esta orientação: «(...) a compreensão das características económicas duma actividade industrial é inseparável do exame das técnicas; porque estas comandam muitas vezes os factores humanos, a necessidade de investimento... Pareceu-me pois que, mesmo numa obra de geografia económica, conviria reservar lugar importante ao exame das condições técnicas; este último foi concebido, não em si mesmo, mas em função das incidências económicas (...). Na mesma ordem de ideias, o geógrafo, cujo objectivo é descrever o que existe à superfície da Terra, não pode abstrair-se de elementos económicos, que, para alguns, não entram tradicionalmente na sua disciplina: os complexos industriais, tais como são, só podem muitas vezes explicar-se pela estrutura das sociedades que exploram as suas fábricas; as correntes comerciais não são apenas a expressão duma sorte de fenómeno económico, «vasos comunicantes» entre zonas excedentárias e zonas deficitárias; traduzem também concorrências, em que o nível dos preços desempenha papel decisivo» (pp. 5-6). A terceira inovação consiste em reduzir ao mínimo os dados estatísticos fornecidos no texto e apresentá-los num apêndice destacado do volume e actualizável periodicamente.

O primeiro volume (521 pp., 77 fig., bibliografia) tem por título *As fontes de energia*. Na primeira parte estudam-se as condições da

(3) Objecto, como se verá adiante, do primeiro volume. Em todo o caso, este plano sintético aplica-se a toda a obra.

economia energética: condições físicas (as reservas), técnicas e humanas e económicas, havendo ainda referência às políticas das fontes de energia clássicas. A segunda parte examina as características da economia energética: características quantitativas e geográficas, estruturas económicas, preços das fontes de energia. A terceira parte está dedicada às consequências da produção energética, ou seja, as grandes correntes comerciais das fontes de energia e as indústrias derivadas destas últimas (termo-electricidade, indústrias específicas do carvão, indústrias do petróleo). Por último, a quarta parte indica os problemas postos pelas fontes de energia (a coordenação energética, problema a curto prazo; a penúria futura de energia clássica, problema a longo prazo).

O segundo volume (461 pp., 24 fig., bibliografia sumária) intitula-se *A indústria*. A uma introdução em que o autor se debruça sobre a noção de indústria e a importância do facto industrial, seguem-se também quatro partes: I—*O desenvolvimento industrial recente do mundo e as suas condições*; II—*A concentração na indústria* (concentração técnica, concentração económica e financeira, internacionalização da indústria); III—*Os aspectos geográficos da indústria, repartição mundial e localização*; IV—*Problemas industriais* (a organização industrial do território, as conversões industriais, o problema das matérias-primas, o problema da água industrial)

Como se vê, a repartição dos assuntos faz-se de modo muito original. E, embora haja talvez demasiada referência a certos aspectos que não se esperaria ver desenvolvidos num livro de Geografia, a verdade é que nem por isso a obra deixará de ser de consulta bastante proveitosa para quem se interesse por Geografia económica.

Na colecção *Géographie humaine*, dirigida por PIERRE DEFFONTAINES, apareceu uma obra, da autoria de JACQUES BESANÇON, intitulada *Géographie de la pêche*, Paris, 1965 (523 pp., 33 fig., 22 est., bibliografia sumária, índices). A pesca constitui uma das actividades humanas com que, ao contrário da estudada na obra anterior, os geógrafos menos se têm preocupado, o que contribui para revestir esta tentativa de síntese ao mesmo tempo de difíceis escolhos e de grande utilidade e interesse. Nela se considera «como pesca toda a actividade de recollecção efectuada pelo homem a expensas da hidrosfera, qualquer que seja a composição química do ambiente líquido (água salgada, doce, salobra), quer esta recollecção vise animais ou vegetais» (p. 10). Por outro lado, o autor simplifica voluntariamente «a descrição dos utensílios e processos de captura, das suas particularidades tecnológicas, das ressonâncias folclóricas, dos modos culinários... Estes aspectos pitorescos encontram-se frequentemente expostos e ilustrados em numerosas publicações bastante acessíveis» (p. 9).

A obra divide-se em dois livros. No primeiro (*A recollecção das riquezas aquáticas*, pp. 15-352), directamente ligado à definição citada acima, se indica que «o ponto de vista geográfico deve englobar todos os factores da pesca a fim de esclarecer as interacções que ligam o peixe ao pescador, o pescador ao comerciante ou ao industrial de

conservas, estes últimos ao consumidor, de sublinhar as diferenças de nível que separam o patrão do barco duma companhia armadora, de destringir o peso do passado, dos hábitos, das rotinas... em suma de mostrar como e dentro de que limites contribui a pesca para modelar as paisagens geográficas» (p. 18). De acordo com esta orientação, examina-se, na primeira parte, a pesca de subsistência; na segunda, os fundamentos da pesca especulativa; na terceira, a pequena pesca especulativa (que engloba a quase totalidade das pescarias fixas e das que se fazem em água doce e que, se efectuada em embarcações no mar, se caracteriza pela fraqueza dos rendimentos, mediocridade do equipamento, estrutura económico-social de tipo artesanal ou mesmo familiar e duração relativamente curta das «saídas»); na quarta, a grande pesca (já perfeitamente incluída na moderna economia industrial); e na quinta, os prolongamentos terrestres da pesca especulativa, com referência aos portos de pesca, comercialização e industrialização dos produtos, etc.

O livro segundo (*Da recolocação à criação. Nascimento e desenvolvimento da aquicultura*, pp. 363-487) abrange três partes. Na primeira trata-se da fragilidade dos equilíbrios biológicos e na segunda das metamorfoses experimentadas pela pesca, como meio de combater tal fragilidade: protecção e aquicultura. Finalmente a terceira parte, intitulada *Actualidade da pesca*, compõe-se de dois capítulos: *A pesca e a alimentação humana* e *O pescador ou a permanência dum género de vida*.

CARLOS ALBERTO MEDEIROS